

Cadastro positivo pode baixar juros

Presidentes do Banco do Brasil e da Caixa defenderam a adoção da medida em audiência pública conjunta da Comissão da Crise e da CAE, em que responderam a várias perguntas dos senadores. **7**



Dornelles e Garibaldi, entre Maria Fernanda e Lima Neto, acompanham debate dos senadores com os dirigentes do BB e da Caixa

Leopoldo Silva

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 2.982 – Brasília, quinta-feira, 19 de março de 2009

Senado amplia medidas de modernização de atividades

O Senado assinou ontem com a Fundação Getúlio Vargas um protocolo destinado à execução de medidas de modernização da Casa. A FGV prometeu apresentar em seis meses os primeiros resultados. José Sarney disse que fará o que for necessário para as instituições legislativas. **2 e 3**



Jane Araújo

O presidente do Senado, José Sarney, discursa ao lado de Carlos Ivan Leal, presidente da FGV (E), Heráclito Fortes e Marconi Perillo

Cota racial em universidade divide senadores

Não houve consenso entre senadores em audiência na Comissão de Justiça sobre projeto que institui cotas raciais e sociais para ingresso em universidades públicas e em instituições federais de nível médio. Debate reuniu especialistas contrários e favoráveis à medida. **4 e 5**

Arns quer a realização de estudo sobre direito autoral

O presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns, anunciou a artistas e representantes do Escritório Central

de Arrecadação e Distribuição (Ecad) e da Sociedade Brasileira de Administração e Proteção dos Direitos Autorais

que vai propor à Consultoria Legislativa do Senado um estudo sobre a propriedade intelectual no país. **6**



Flávio Arns (2º à esquerda) recebe integrantes do Ecad e da Socinpro, os cantores Sérgio Reis, Danilo Caymmi, Luiz Vieira e Jair Rodrigues e a atriz Zezé Mota

CPI ouve pais de garotas vítimas de abuso sexual

Temendo represálias, eles participaram de audiência com máscaras e coletes à prova de bala. **2**

Empréstimo consignado com mais segurança

Projeto aprovado pela CAS exige a presença do tomador de empréstimo no ato da contratação. **8**

Leopoldo Silva

Diretores do Senado, que colocaram seus cargos à disposição, continuam em suas funções para evitar paralisação administrativa, conforme explicou o 1º secretário. Senador classificou como "futrica" caso do celular de Tião Viana

Heráclito anuncia substituição de terceirizados por concursados

O 1º SECRETÁRIO, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou ontem que o Senado iniciará um novo processo de administração que dará prioridade aos servidores concursados, em substituição aos chamados terceirizados. Ele chegou a adiantar que a Casa deverá contar, em breve, com 60 novos servidores, todos aprovados em concurso público. Mas afastou a realização, por enquanto, de novos concursos para preenchimento de vagas na Casa.

As afirmações foram feitas logo após a reunião da Comissão Diretora que tratou de mudanças administrativas no



Heráclito se disse surpreso com número de diretores do Senado

Senado. Segundo Heráclito Fortes, ficou decidido também que haverá redução do número de funcionários terceirizados em áreas de apoio, incluindo limpeza e conservação.

O senador previu ainda que a solução da maioria dos problemas administrativos enfrentados

pela Casa virá em um curto espaço de tempo. Mas se mostrou "assustado" ao tomar conhecimento de que o Senado tem 136 diretores. Lembrou que os cargos foram colocados à disposição, mas os diretores continuam em suas funções para evitar paralisação administrativa. Para Heráclito, será possível reduzir em mais de 50% o número de diretores.

– Estamos tentando definir qual a função de cada diretor, uma vez que alguns estão no cargo em virtude da função gratificada, mas não exercem qualquer função de direção – afirmou o senador

O 1º secretário também condenou os chamados desvios de função, "que são muitos", e revelou que não foi detectada a existência de "servidores fantasmas", ao contrário de denúncias publicadas pela imprensa.

Celular

Sobre a denúncia de que o senador Tião Viana (PT-AC) emprestou um telefone celular do Senado para a filha usar em viagem internacional, Heráclito disse que se trata de questão individual que adjetivou como "futrica". Ele lembrou que Tião Viana reconheceu ter emprestado o aparelho à filha e que o senador já procurou o departamento responsável para efetuar o pagamento da conta.

Mesa diretora redefine funções de seus membros

O senador Mão Santa (PMDB-PI), 3º secretário do Senado Federal, leu em Plenário na tarde de ontem ato da Mesa diretora, aprovado pela manhã, que define novas atribuições para o colegiado no biênio 2009/2010 e consolida algumas daquelas já previstas na Constituição e no Regimento Interno. A decisão, conforme anunciou o 1º vice-presidente, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), faz parte do conjunto de medidas que a Casa vem adotando para modernizar o processo legislativo e conferir transparência à administração de seus recursos.

Entre as novidades, passam a ser atribuições do 2º secretário – neste biênio, o senador João Vicente Claudino (PTB-PI) – controlar o fornecimento de requisições de passagens de transporte aéreo aos senadores. A supervisão do sistema habitacional será responsabilidade do 3º secretário. Já o 4º secretário vai providenciar passaportes diplomáticos e solicitar notas de visto ao Itamaraty. Até então, essas atribuições eram de competência da 2ª Secretaria.

Em relação ao processo legislativo, fica delegada ao 1º vice-presidente – ou ao 2º vice-presidente, na impossibilidade do anterior – a atribuição de decidir sobre pedidos de licença nos casos previstos no regi-



Mão Santa (E) comunicou as novas atribuições da Mesa. Marconi (D) comentou medidas de modernização administrativa

mento. Antes, essa atribuição era da Presidência do Senado. O objetivo de tais mudanças, diz o documento, é "promover uma melhor distribuição de atribuições entre os membros da comissão".

Administração

Antes da leitura do ato, Marconi Perillo enumerou as medidas tomadas nos primeiros 45 dias de trabalhos legislativos no sentido da modernização e da transparência. Deu destaque para o corte de despesas, a revisão do sistema de pagamento de horas extras dos servidores,

o anúncio da divulgação pela internet das despesas com a verba indenizatória dos senadores, a investigação dos casos de nepotismo, a solicitação a todos os diretores para que colocassem os cargos à disposição e a contratação de novos servidores concursados, em substituição aos terceirizados, entre outras providências.

O 1º vice-presidente também lembrou a assinatura de protocolo de intenções com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), destinado à execução de medidas de modernização da Casa. O protocolo anuncia auditoria

administrativa, planejamento e avaliação de recursos humanos, avaliação e monitoramento de processos e resultados e economia em diversos serviços.

– Como observamos, esta Casa trabalha, e trabalha muito, no sentido de apreciar as matérias com objetividade e de acordo com o ordenamento jurídico em vigor. Mas isso não significa dizer que desejamos nos acomodar, permanecer na posição de conforto, fechados às mudanças capazes de dar maior celeridade ao processo legislativo – disse Marconi Perillo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta de Plenário ainda está trancada por MP

Às 14h, sessão é deliberativa. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão PLV 1/09 (MP 447/08) que altera o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.

Infraestrutura analisa indicação para Antaq

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa, às 8h30, dentre três proposições em pauta, mensagem com indicação de Tiago Pereira Lima para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Nova rodada na CAE sobre crise

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 10h30, audiência pública sobre o tema "Construção Civil e Indústria", com a presença do coordenador e membros do comitê de monitoramento da crise do CDES, respectivamente Antoninho Marmo Trevisan, Clemente Ganz, Germano Rigotto, José Feijó, Paulo Godoy e Zilda Arns; também no evento, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão, e o presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, Vicente Mattos.

CRE elege vice e vota nomes de embaixadores

Reunião, às 10h, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a votar as indicações dos diplomatas Paulo Antonio Pereira Pinto, Renate Stille e Marcela Maria Nicodemos. Eles vão ocupar o cargo de embaixador do Brasil, respectivamente, no Azerbaijão, na Nova Zelândia e na Armênia. Ainda na pauta da comissão a eleição do vice-presidente para o biênio 2009/2010. A presidência é exercida por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Novos depoimentos no interior de SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia realiza, na Vara da Infância e da Juventude de Catanduva (SP), audiências públicas para a tomada de depoimentos de diversas pessoas envolvidas em denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes no município.

CPI da Pedofilia ouve pais de vítimas na cidade de Catanduva

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia iniciou ontem, em Catanduva (SP), a tomada de uma série de depoimentos com o objetivo de esclarecer a existência de uma rede de pedofilia na cidade que já teria vitimado mais de 40 crianças. Participam da audiência pública na Câmara Municipal de Catanduva os

senadores Magno Malta (PR-ES) – presidente da CPI –, José Nery (PSOL-PA) e Romeu Tuma (PTB-SP). Os depoimentos prosseguirão hoje e amanhã.

Em entrevista à Rádio Senado, Romeu Tuma disse que nesse primeiro dia de depoimentos foi ouvido um casal cujas filhas teriam sofrido abusos. Eles prestaram depoi-

mento com máscaras e coletes à prova de balas, pois temem represálias.

Também foram ouvidos ontem o presidente da ONG Instituto Pró-Cidadania, Geraldo Corrêa, e o professor Edmilson Sidney Marques, diretor de uma escola municipal. Ambos teriam sido os primeiros a desconfiar da existência da rede

de pedofilia na cidade. Tuma mostrou-se otimista com o aumento do número de denúncias de parentes e vítimas contra pedófilos.

– A CPI tem tido um papel importantíssimo porque, na medida em que vai crescendo a nossa presença, têm aumentado as denúncias – disse o senador paulista.

“Nosso objetivo é modernizar a Casa”, afirma Sarney durante assinatura de protocolo que prevê auditoria administrativa, planejamento e avaliação

Senado dá início a ampla reforma administrativa

OS PRESIDENTES DO Senado, José Sarney, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Ivan Simonsen Leal, assinaram ontem de manhã protocolo de intenções destinado à execução de medidas de modernização da Casa. O protocolo prevê auditoria administrativa, planejamento e avaliação de recursos humanos, avaliação e monitoramento de processos e resultados, bem como economia nos diversos serviços do Senado.

No ato de assinatura do protocolo, Sarney disse não ter mais ambições na vida e afirmou que irá fazer o que for necessário para o Senado e para as instituições legislativas.

– Para isso, estou convocando a FGV. Nosso objetivo é modernizar a Casa. Vamos ter uma seleção pelo mérito; ocupar as diretorias também numa seleção pelo mérito.

O documento prevê também avaliação de políticas públicas, desenvolvimento institucional, sistemas de gestão de recursos humanos, programas de treinamento e desenvolvimento e programas de certificação de pessoal. Todas as atividades decorrentes desse protocolo terão suas obrigações recíprocas ainda



Observado por Heráclito (E), Carlos Ivan Leal e Marconi Perillo, Sarney assina protocolo entre o Senado e a FGV

estipuladas em contrato.

O acordo vigorará por 12 meses, podendo ter seu prazo prorrogado a critério da FGV e do Senado. Foi estabelecido também que a eventual rescisão do protocolo não prejudicará a execução dos serviços que já tenham sido iniciados. Entre esses serviços, segundo Sarney tem anunciado, estão medidas de enxugamento da máquina administrativa e um plano de carreira para os servidores da Casa.

A modernização do Senado e o corte de despesas estão entre os principais compromissos assumidos pelo presidente da instituição ao tomar posse no mês passado. Ao firmar com o Tribunal de Contas da União (TCU) um protocolo de intercâmbio de informações para ampliar a fiscalização da sociedade sobre o Estado, ele lastimou que as faculdades brasileiras não ofereçam mais cursos de gestor público.

Na assinatura do documento

com o tribunal, Sarney afirmou que TCU e Legislativo devem dedicar-se a capacitar servidores a fim de evitar vulnerabilidades na administração de dinheiro pago pelo contribuinte. Sarney criticou a falta de recursos humanos capacitados para gerir os bens públicos e racionalizar as despesas. Na ocasião, ele também disse que, em vez de apenas apontar irregularidades, mais sensato é tomar providências ou “acender velas na escuridão”.

FGV quer seis meses para fazer avaliação

“Temos uma estimativa de no máximo seis meses para dar uma primeira abordagem a essa solicitação do Senado.” A garantia foi dada por Bianor Scelga Cavalcanti, coordenador do protocolo de intenções assinado entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Senado. Logo após a assinatura do contrato, ele afirmou que ainda não foi estipulado o valor do acordo, que prevê um trabalho de mapeamento administrativo de toda a estrutura do Senado.

– Não nos cabe fazer uma auditoria financeira, mas sim administrativa, incluindo custos de economicidade e benefícios para a instituição – explicou o coordenador.

A FGV, segundo José Sarney, tem “carta branca” para agir.

O presidente da fundação, Carlos Ivan Simonsen Leal, explicou que a instituição colocará à disposição do Senado um corpo de especialistas na área.

– Todos eles trabalham intensamente para que as demandas sejam não apenas perfeitas, mas atendam o que é absolutamente necessário e no tempo devido – explicou Carlos Ivan.

O contrato prevê a realização de projetos para modernização do Senado em nove áreas: auditoria administrativa, avaliação de políticas públicas, desenvolvimento institucional, planejamento e execução de avaliação de recursos humanos, sistemas de gestão de recursos humanos, programas de treinamento e desenvolvimento, programas de certificação de recursos humanos, sistemas de avaliação e monitoramento de processos e de resultados e ainda economicidade dos diversos sistemas da instituição.

Mudanças chegam às votações, com novo rito para MPs

Outra providência anunciada por Sarney para modernizar a estrutura do Senado e agilizar a votação das milhares de proposições que aguardam análise das comissões e do Plenário será modificar o rito das medidas provisórias (MPs), que trancam as pautas de votações.

– Cerca de 70% dos trabalhos do Senado são prejudicados pelas medidas provisórias.

Sarney disse ainda que o presidente Lula, em reunião com ele e com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, reconheceu a necessidade de mudanças nessa área.

– Vou ajudar nessa tarefa. Reunirei os líderes para ver de que maneira podemos fazer para mudarmos isso de imediato e agilizar os trabalhos da Casa, inclusive reduzindo o número de comissões.

Sarney anuncia redução de 50% no número de cargos de diretores

A redução de 50% do número de cargos de direção – que hoje somam 136 – foi anunciada pelo presidente da Casa, José Sarney. A partir de agora, segundo ele, os detentores desses cargos serão escolhidos por sistemas de avaliação de mérito, que também serão aplicados aos demais servidores da Casa.

O presidente deu essas informações pouco antes de assinar protocolo de intenções com a FGV para cooperação naquilo que ele definiu não como uma reforma administrativa, mas como uma reestruturação profunda do Senado (veja matéria na página). Sarney lembrou que, na última vez que presidiu a Casa, adotou medidas modernizadoras que a inseriram na era da comunicação.

O objetivo, conforme adiantou, é dar ao Senado estrutura administrativa capaz de servir a uma instituição que é das mais importantes do país. “O país muito deve ao Senado. Foi aqui que se fez a unidade nacional”, observou.

Sarney referiu-se a problemas surgidos na parte administrativa da Casa, dizendo que antecedem a sua chegada à Presidência, ocorrida há um mês e meio. E listou todas as providências adotadas desde que tomou posse, em 2 de fevereiro. Deixou bem claro também que não tem ambições políticas na condução desse processo de modernização.

– Eu não tenho mais nenhuma aspiração política, senão cumprir o último mandato da minha vida e agradecer a

Deus os anos que ele me deu para poder chegar a essa idade cumprindo tantos mandatos e, ao mesmo tempo, presenciando e sendo protagonista de alguns momentos da História do Brasil. Portanto, irei fazer o que for necessário para o Senado, o que for necessário para as nossas instituições legislativas. E para isso estamos convidando a Fundação Getúlio Vargas. Ela tem carta branca total para agir.

Ideias

Na solenidade, Sarney lembrou que foram as ideias liberais que construíram o Brasil. Ao contrário da América espanhola, que se construiu à custa de batalhas e guerras, observou, aqui o país foi construído “pelo poder civil, pelo poder político, que é a síntese de todos os poderes”. Então, dentro dessa estrutura, afirmou, essa é a tradição do Senado, “que produziu tão grandes homens, tão grandes estadistas e que continua tendo quadros excelentes na política nacional”.

No momento em que tantas críticas são feitas pela imprensa à instituição, Sarney disse que o Senado precisa “sair fora dessa discussão menor”. Também falou do seu estilo de ação.

– Não é do meu temperamento ser a palmaria do mundo. Nem é do meu temperamento também fazer as coisas de uma maneira ostensiva. Mas é do meu temperamento fazer as coisas certas no momento devido, com a energia que for necessária. Tem sido sempre assim ao longo da vida.

Transparência e cortes em gastos no começo da gestão

Ao conceder entrevista poucos minutos depois de assinar com a Fundação Getúlio Vargas convênio para a modernização do Senado, José Sarney listou as providências que, em um mês e meio à frente da instituição, já foram por ele tomadas. Entre essas iniciativas, está a moralização no pagamento de horas extras, que consistirá num registro diário informatizado a ser executado pelas unidades administrativas e chefias de gabinetes parlamentares.

– E só serão consideradas horas extras aquelas efetivamente trabalhadas após as 18h30 – sublinhou ele.

Ao enumerar suas iniciativas, Sarney ressaltou que fez um corte linear de 10% no orçamento de custeio e investimento da instituição e vetou o pagamento de cursos para funcionários fora de Brasília, o que significa uma economia de R\$ 1,5 milhão. Disse que R\$ 6 milhões serão economizados com a suspensão de obras que estavam em curso, até que se faça uma avaliação de suas prioridades. E lembrou o corte feito nas contas de telefone.

– São providências destinadas não só a cortar despesas, como também a

assegurar melhor aproveitamento dos nossos trabalhos. O outro corte é de R\$ 37 milhões, que serão economizados com a redução de aquisições e contratações de serviços.

Outra providência que Sarney mencionou foi a divulgação, na internet, dos gastos feitos pelos senadores com recursos da verba indenizatória. Também citou a sindicância para investigar casos de nepotismo na contratação de mão-de-obra terceirizada,

Programa de treinamento e desenvolvimento visa qualificar os servidores do Senado

assim como o estabelecimento de teto de 1,6% ao mês para os juros dos empréstimos concedidos por instituições financeiras a funcionários do Senado. E prosseguiu:

– Essa reestruturação da Casa começa por uma auditoria administrativa, que será feita em toda a nossa estrutura. Haverá um plano de carreira para que a ascensão dos funcionários de um posto para outro seja feita através de uma qualificação a cargo do ILB [Instituto Legislativo Brasileiro]. E haverá um programa de treinamento e desenvolvimento, para que tenhamos melhor qualificação de pessoal.

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes indígenas e de negros denunciam omissão da sociedade e do Estado na luta contra a discriminação

Fim do racismo esbarra na "indiferença" da sociedade

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou ontem audiência pública para discutir propostas aprovadas na Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, realizada em Durban (África do Sul), em 2001. Entre 20 e 24 de abril, em Genebra (Suíça), será realizada uma conferência de avaliação da implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban.

Rosani Fernandes, representante dos povos indígenas Caingangue, de Santa Catarina, e da reserva Mãe Maria, do Pará, afirmou que o Estado brasileiro deveria tratar "com dignidade" as diferenças dos indígenas. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Rosani denunciou o "genocídio cultural" a que esses povos foram submetidos.

Ela assinalou que, quando os indígenas buscam os seus direitos junto às administrações públicas municipais e estaduais, verifica-se a manifestação do que considera "colonialismo cultural". A representante tam-

bém disse que é necessário estabelecer um tratamento justo e igualitário para essas etnias, nos níveis básico e médio de ensino, que seja distinto dos moldes atuais, qualificados pela expositora de "integracionismo forçado".

— Somos tratados com indiferença. Existe, sim, racismo, e sentimos isso quando solicitamos materiais como cadeiras. Sendo cadeiras para índios, perguntam por que não se sentam no chão ou em pedaços de paus — protestou Rosani.

Racismo

Na mesma reunião da CDH, representante da Coordenação Nacional das Entidades Negras, Marcos Cardoso, que participou do processo de preparação da conferência de Durban, lembrou que o governo brasileiro não adotou uma posição firme sobre direitos, embora o país seja signatário da declaração e do plano de ação propostos pela conferência.

— A discussão do racismo incomoda a sociedade brasileira, que é racista, não reconhece e

não quer discutir maneiras de superar o problema — avaliou. Marcos Cardoso elogiou a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afrobrasileira" no ensino fundamental e médio, e o projeto de lei da Câmara 180/08, que estabelece uma reserva de 50% das vagas das universidades públicas para alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado.

Ao término da audiência, o presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), concordou com Marcos Cardoso que o racismo é um fato e insistiu na proposta de o movimento negro lutar também contra o analfabetismo. Disse que a reserva de cotas para negros e pobres "tira o tapete da sala", ao denunciar o racismo existente, e reafirmou que a CDH continuará a servir de fórum de discussões sobre o tema.

A audiência na CDH foi requerida pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).



Cristovam Buarque (C) preside audiência com representantes do governo, de entidades indígenas e do movimento negro

Governo defende política de cotas para negros

O ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos de Souza, defendeu, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a instituição de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas e disse que o Legislativo deve chegar a um consenso sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 180/08) que trata do assunto. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente será examinada pela CDH e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), antes de ser encaminhada ao Plenário.

O ministro lembrou que a sociedade brasileira foi constituída de forma desigual, uma vez que a abolição da escravidão não foi acompanhada de adequadas políticas de apoio aos negros libertados. Assim, em sua opinião, o projeto das

cotas é importante para o país, já que agora "o Estado precisa tratar de forma desigual essas desigualdades". O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Vieira Abramovay, também defendeu as políticas afirmativas para ingresso nas universidades brasileiras. Ele afirmou que o Estado deve dar proteção igualitária a todos os brasileiros, mas, segundo salientou, em algumas circunstâncias isso pressupõe tratamento diferenciado às pessoas.

Para Abramovay, as ações afirmativas que visem à igualdade social não são inconstitucionais, como declaram alguns teóricos que debatem o tema e argumentam que elas são discriminatórias em relação às diferentes parcelas da população.

— Um sistema de vestibular que coloca na universidade 80% de brancos não trata com igualdade os brasileiros — argu-

mentou o secretário.

Já a representante da Divisão de Direitos Humanos do Ministério de Relações Exteriores, Márcia Maria Adorno Ramos, propôs que temas como a difamação religiosa e os que dizem respeito ao Oriente Médio não sejam incluídos nos debates da conferência que será realizada em Genebra em abril sobre racismo, xenofobia e intolerância, para que não haja polarização das discussões.

Márcia Ramos disse que a difamação religiosa, bem como a liberdade de expressão, são temas que estão na agenda mundial porque foram levantados pelos movimentos islâmicos após a publicação de caricaturas de Maomé feitas por um jornal dinamarquês, em 2005. Apesar de esses assuntos estarem "na ordem do dia", em sua opinião, deve haver cuidado para que eles não contaminem todo o documento.



Ao lado de Demostenes Torres (à direita, na primeira foto), o juiz federal William Douglas defende a adoção de cota social e racial durante debate com senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Vai ao Plenário proposição que permite ao enteado adotar nome de família do padrasto ou da madrasta

Passa na CCJ proposta de Clodovil

A MEMÓRIA DO deputado Clodovil Hernandez, que faleceu terça-feira, foi reverenciada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a aprovação, por unanimidade, de projeto do então parlamentar que permite ao enteado adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta, mediante autorização judicial. A matéria, que altera a Lei de Registros Públicos, foi relatada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Durante a discussão da matéria (PLC 115/07), a atuação de Clodovil como estilista, comunicador e político foi lembrada por diversos senadores, incluindo Serys, que pediu urgência para votação do projeto pelo Plenário do Senado. Na justificativa, Clodovil argumentou que, muitas vezes, a relação entre o enteado e seu padrasto é tão profunda quanto a que liga pai e filho, o que justificaria esse acréscimo no registro civil.

Ao apresentar seu parecer, Serys observou que, superados deslizes cometidos por Clodovil no início do mandato, como ter chamado de feia a deputada Cida Diogo (PT-RJ), estabeleceu-se entre eles relação de carinho mútuo. Wellington Salgado (PMDB-MG) apontou a própria história familiar do parlamentar

como motivadora da formulação da proposta. José Agripino (DEM-RN) observou que o deputado "disse algumas inconveniências, mas também muitas verdades".

Aloizio Mercadante (PT-SP) considerou justo que enteados e enteadas possam adotar o sobrenome de padrastos ou madrasas. Esse viés de justiça social da proposição também foi apontado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), enquanto Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) assinalou o caráter facultativo da medida.

Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) classificou Clodovil como símbolo de todos que têm carinho e gratidão pela mãe afetiva. Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que, no Congresso, as opiniões polêmicas do deputado não impediram o estabelecimento de uma relação de respeito mútuo.

Por sua vez, Tasso Jereissati (PSDB-CE) expressou seu apoio pessoal e de seu partido à matéria, por se adequar à realidade atual de muitas situações familiares. O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), endossou a homenagem a Clodovil.

Na semana passada, o deputado esteve presente à Comissão de Justiça para acompanhar a votação de seu projeto.

Senado levanta sessão em homenagem ao deputado

A pedido de vários senadores, a sessão plenária de ontem foi levantada em homenagem ao deputado Clodovil Hernandez, falecido na terça-feira devido a um acidente vascular cerebral (AVC).

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), comentou a homenagem feita a Clodovil pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao aprovar projeto de lei (PLC 115/07) de sua autoria que autoriza o enteado ou a enteada a adotar o nome de família do padrasto ou da madrasta. Heráclito Fortes (DEM-PI) destacou o lado humano e afetivo de Clodovil.

— O deputado fazia questão de marcar presença com essa personalidade forte. Muitas vezes pagava preço alto por suas atitudes, mas assumia a responsabilidade — recordou. Já Marco Maciel (DEM-PE) enalteceu Clodovil por sua vocação pela vida pública e também pelo seu interesse em pensar o país e as instituições brasileiras.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) se



Clodovil morreu na terça-feira, em Brasília, devido a um AVC

referiu à infância pobre e à discriminação sofrida por Clodovil por sua homossexualidade. Gerson Camata (PMDB-ES) destacou o caráter sincero e franco de Clodovil que o fazia dizer sempre o que pensava. Papaléo Paes (PSDB-AP) assinalou os serviços prestados por ele nas áreas de comunicação e alta-costura. Alvaro Dias (PSDB-PR) homenageou o estilista, mas protestou contra a suspensão dos trabalhos no Senado em razão do falecimento de parlamentares.

Adoção de critério racial para ingresso em universidade pública divide senadores

Medida valeria também para instituições federais de ensino técnico. O projeto foi debatido na Comissão de Justiça com especialistas favoráveis e contrários à proposta

OS SENADORES DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) demonstraram estar divididos sobre o projeto que institui a política de cotas sociais e raciais para o ingresso de alunos nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A matéria (PLC 180/08), relatada por Serys Slhessarenko (PT-MT), foi discutida ontem em audiência pública na CCJ, com a participação de dez especialistas no assunto, cinco deles favoráveis e cinco contrários ao projeto.

Segundo Ideli Salvatti (PT-SC), uma das autoras do requerimento da audiência, é inquestionável o fato de alguns segmentos sociais sofrerem discriminação, perceptível na falta de acesso ao ensino público superior ou técnico.

— Do meu ponto de vista as experiências de política de cotas já adotadas por várias universidades do país e o ProUni [Programa Universidade para Todos] são suficientes para mostrar a necessidade desse tipo de ação afirmativa. Se percebermos que o resultado não deu o resultado esperado, modificamos — defendeu. Já o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) disse estranhar que o critério da cor da pele seja utilizado para conceder um direito especial a alguém. Ao citar o nome de autorias de políticas públicas, utiliza-se a denominação de raça "negra" para agrupar os negros e os pardos.

— O mestiço é meio branco e meio negro. Nos Estados Unidos, o que vale é uma lei racial que busca a ascendência das pessoas. Isso não é o que acontece aqui. Todos nós sabe-

irá dividir o país — previu.

País mestiço

Também o senador Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ, manifestou sua descrença de que uma política baseada na cor da pele para ingresso nas universidades públicas seja bem-sucedida. Ele lembrou que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 5% da população é formada por negros e 46% são pardos, mas, para efeito de adoção de políticas públicas, utiliza-se a denominação de raça "negra" para agrupar os negros e os pardos.

— Se você quer entrar em uma universidade boa, terá que estudar. Sou a favor da cota social para aqueles que não tiveram chance e oportunidade. Se for diferente disso, a decisão

Medida é inclusiva e constitucional, dizem apoiadores

Os estudantes pobres do país são discriminados, mas os pobres negros são muito mais discriminados, enfatizou William Douglas, coordenador e professor do Educatro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), durante audiência realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O professor manifestou-se favorável ao projeto (PLC 180/08) que institui a política de cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e estaduais e no ensino técnico de nível médio.

William Douglas, que é juiz federal, disse ter sido inicialmente contrário ao mecanismo, mas mudou de opinião em decorrência do convívio que teve com adolescentes pobres e negros que não conseguiram ser bem-sucedidos nos estudos e no trabalho por serem negros. Ele pediu a aprovação da proposta, ainda que haja o texto contenha imperfeições.

— Tratar os desiguais desigualmente é justo e não é inconstitucional. Se o Senado aprovar esse projeto, estará fazendo uma grande ação pelo país. Vamos dar dez anos para esses meninos e meninas. É tudo de que eles precisam — afirmou William Douglas.

Outro apoiador da proposição, o procurador de Justiça Augusto Werneck, integrante do Movimento dos Promotores de Justiça do Brasil, disse que a política de cotas deveria

perdurar não apenas dez anos, mas pelo tempo de uma geração, pelo menos 25 anos. Esse é o período mínimo necessário, defendeu, para que o país faça a reparação devida aos descendentes dos 10 milhões de negros que entraram no Brasil nos 300 anos em que perdurou a escravidão. Ele garantiu que a política de cotas é constitucional e atende aos critérios de razoabilidade, servindo ainda para tornar visível o fato de que o negro é discriminado.

Convívio

Para o representante da organização não-governamental (ONG) Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, o projeto permite a prática da diversidade e do convívio social efetivo e real entre os alunos no sistema educacional. Ele acredita que a política vai fazer com que os alunos da classe média possam voltar para as escolas públicas. Realçou também o fato de a proposição contar com a aprovação de várias entidades da sociedade e de parlamentares de todos os partidos políticos.

Daniel Cara aproveitou para citar relatório divulgado em 2008 pela Universidade de Brasília (UnB) com os resultados obtidos pela primeira turma de cotistas — que ingres-

saram em 2004 na universidade. De acordo com o relatório, o desempenho dos cotistas foi pontuado em 3,9 (em uma gradação de 0 a 5), acima da média da instituição, que é de 3,8. O documento indica que apenas 1% dos 378 alunos que ingressaram na UnB pela política de cotas naquele ano abandonou o curso.

Wellington do Carmo Faria, da Coordenação Nacional do Movimento dos Sem Universidade (MSU), também destacou o caráter suprapartidário do projeto e apontou como principal característica da proposta a possibilidade de propiciar o equilíbrio entre as classes sociais e as raças no Brasil.

Falando em nome do Fórum da Educação Indígena, Rosani Fernandes Kaingang, mestranda de Direito, defendeu a proposta, declarando ser uma das beneficiárias de uma ação afirmativa. Para ela, é justo que exista algum tipo de política que reduza a situação de exclusão em que vivem alguns grupos, como é o caso dos indígenas.

— Se o Estado é plural e ético, tem que pensar em critérios diferentes para acesso a essas pessoas tão excluídas. Essa seria uma forma de esses grupos firmarem sua identidade — afirmou.

Apenas 1% dos cotistas que entraram na UnB em 2004 abandonou o curso

Aumento de projetos promovidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com os estados tem contribuído para descentralizar os centros de pesquisa, diz Sérgio Rezende

Ministro destaca avanços na integração com estados

O CRESCIMENTO DE projetos promovidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em parceria com governos estaduais foi destacado pelo ministro Sérgio Machado Rezende, em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Segundo Rezende, o avanço dessa integração tem contribuído para uma maior descentralização dos centros de pesquisa instalados no país, fortalecendo ainda os mecanismos de concessão de bolsas de pós-graduação e de apoio a projetos de pesquisa.

O ministro apresentou aos senadores um balanço das ações realizadas nos últimos anos em quatro linhas prioritárias estabelecidas pelo ministério. O órgão tem como foco a expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a promoção de parcerias com empresas; o apoio a pesquisas em áreas estratégicas; e a ênfase na geração de conhecimentos para o desenvolvimento social.

De acordo com Rezende, a soma dos investimentos do governo federal, dos estados e das empresas privadas tem sido essencial para ampliar o potencial brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. Os re-



Flexa Ribeiro (D) preside reunião da CCT que ouviu o ministro Sérgio Rezende (E)

ursos do Executivo para fomento de pesquisa, frizou, passaram de R\$ 30 milhões, em 2001, para R\$ 200 milhões, em 2008.

O ministro também deu destaque ao Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), que prevê o investimento de cerca de R\$ 600 milhões em 123 unidades de pesquisas em todo o país. Em resposta ao presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Rezende esclareceu que estão sendo instalados dez centros na Amazônia.

O fortalecimento de parcerias com empresas foi outro aspecto ressaltado por ele. Em 2008, afirmou, foram aprovados mais de 400 projetos apresentados por empresas, que responderam a editais de fomento à pesquisa em áreas definidas pelo governo. Rezende informou que 70%

dos recursos investidos foram direcionados a pequenas e médias empresas.

Os investimentos do governo em ciência e tecnologia estão em torno de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, e o ministério planeja chegar a 1,5% do PIB nos próximos anos.

– Em valor absoluto, recursos têm aumentado, até porque o PIB tem aumentado – disse, ao explicar que os investimentos no setor, nos países desenvolvidos, variam entre 2% a 3% do PIB.

Entre as estratégias adotadas para popularizar a ciência, o ministro destacou a realização da olimpíada de matemática nas escolas públicas, desde 2005. “O único tetracampeão da competição é morador da periferia de São Paulo e filho de empregada doméstica”, observou.

Arns recebe artistas e defende atualização do direito autoral

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Flávio Arns (PT-PR), vai pedir à Consultoria Legislativa do Senado a realização de um estudo sobre o direito autoral no Brasil. A ideia é reunir o máximo de informações sobre a propriedade intelectual no país, como forma de orientar os senadores na análise futura de propostas que tramitam na Casa sobre o assunto.

O anúncio foi feito ontem à superintendente nacional do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), Glória Braga, que, acompanhada da atriz Zezé Mota e dos compositores Danilo Caymmi e Sérgio

Reis, fez uma visita de cortesia à CE e a outros senadores recém-empossados na presidência de comissões em que também serão examinadas propostas relacionadas ao direito autoral.

– O que nós propusemos foi fazer uma espécie de estudo da arte, para saber onde estão os problemas principais e os desafios; quais os caminhos a seguir; o que os outros países estão fazendo; que tipo de legislação pode ajudar a enfrentar os desafios dos novos tempos – afirmou o senador.

Arns acredita que é possível um estudo “profundo e adequado” nessa área para orientar o trabalho a ser feito no futuro.

Maciel elogia edição da ABL com mudanças ortográficas

O senador Marco Maciel (DEM-PE) saudou a Academia Brasileira de Letras (ABL) pela quinta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), que incorpora as mudanças decorrentes do acordo ortográfico firmado entre os oito países que têm o português como língua.

A saudação de Marco Maciel foi dirigida especialmente ao presidente da ABL, Cícero Sandroni, e ao gramático e filólogo Ivanildo Bechara, também integrante da academia e coordenador da nova edição do Volp.

– Com esse trabalho, a ABL traz contribuição relevante ao sonho de unificação ortográfica acalentado por tantos filólogos portu-



Gerardo Magela

“Língua portuguesa poderá se projetar ainda mais”, diz Maciel

gueses e brasileiros. Não é tarefa proposta só pelos signatários do novo acordo, mas concretiza também sonho dos fundadores da ABL, em 1897. Assim, a língua portuguesa poderá se projetar ainda mais no cenário mundial.

Senadores: apoio à pesquisa no Norte e Nordeste

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Cícero Lucena (PSDB-PB), Lobão Filho (PMDB-MA) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defenderam a ampliação de investimentos públicos em pesquisa nas regiões Norte e Nordeste. Eles participaram ontem da audiência com o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.

O ministro afirmou que, na região Norte, estão sendo instalados cinco institutos nacionais de Ciência e Tecnologia no Amazonas, quatro no Pará e um em Rondônia. No Nordeste, serão 13 INCTs: um no Piauí, quatro no Ceará, três no Rio Grande do Norte e cinco em Pernambuco.

Raupp questionou o ministro sobre os investimentos em estudo para o combate de doenças endêmicas na Amazônia, como a malária. Apenas em Rondônia,

foram 117 mil casos em 2007, disse. Rezende respondeu que está sendo constituída uma rede de informações sobre a malária, que, em 2009, contará com R\$ 15 milhões em investimentos.

Para Flexa Ribeiro, o governo deve ampliar o investimento em pesquisa na Amazônia, como forma de barrar a biopirataria.

Seca

Cícero Lucena indagou sobre o estudo de medidas de convivência com a seca no Nordeste. Rezende destacou a ação do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), o qual busca articular unidades de pesquisa e aglutinar experiências sobre o semi-árido.

Lobão Filho manifestou preocupação com a retenção, no país, de pesquisadores que realizam cursos de pós-graduação no exterior. O ministro informou

que o bolsista assina contrato comprometendo-se a devolver os recursos recebidos caso decida não retornar ao Brasil após o curso – situação observada em menos de 5% das bolsas oferecidas no país.

Rezende também destacou as pesquisas sobre o uso do hidrogênio como fonte de energia, e a construção, em curso, de um protótipo de ônibus impulsinado por célula de hidrogênio.

A disseminação do conhecimento em todos os níveis escolares, e não apenas nas universidades, foi defendida por Flávio Arns (PT-PR). O ministro salientou o crescimento de centros vocacionais tecnológicos pelo país. A experiência de Minas Gerais, que já conta com cem centros tecnológicos, foi ressaltada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Gilvam cobra promulgação da PEC que eleva número de vereadores

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a promulgação da proposta de emenda à Constituição que aumenta o número de vereadores no país (PEC 20/08). A matéria causou polêmica no ano passado, quando o Senado a aprovou retirando um dos artigos e, em seguida, a Câmara dos Deputados se recusou a promulgá-la.

O senador informou que recebeu, na manhã de ontem, a visita de uma comitiva de vereadores eleitos que apoiam a proposição. Eles participam do Movimento para a Recomposição das Câmaras Municipais e vieram a Brasília para se reunir com deputados federais e se-



Gerardo Magela

Gilvam Borges recebeu comitiva de eleitos que apoiam a proposta

nadores.

Segundo Gilvam, houve uma redução de mais de 8 mil vagas no número de vereadores após resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2004.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Proposta em tramitação no Congresso Nacional é defendida pelos presidentes do Banco do Brasil e da Caixa, em audiência pública no Senado

Adoção de cadastro positivo pode baixar juros

A APROVAÇÃO PELO Congresso Nacional do chamado cadastro positivo foi defendida ontem, em debate no Senado, pelos presidentes do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, como um dos caminhos para reduzir os juros cobrados dos consumidores.

Na audiência pública, realizada em conjunto pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, os dois afirmaram ainda que a portabilidade da conta corrente dos

servidores públicos, que será efetivada em fevereiro de 2012, também contribuirá para a queda dos juros. Essa portabilidade permitirá que o funcionário escolha em qual banco ele quer receber seu salário.

Os presidentes da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e da Comissão da Crise, Francisco Dornelles (PP-RJ), decidiram promover audiências públicas sobre taxas de juros para apresentar ao Congresso sugestões visando à sua redução.

Lima Neto informou que a inadimplência é responsável por 38% do *spread* da instituição – *spread* é a diferença

entre as taxas de juros pagas aos aplicadores e aquelas cobradas de quem toma empréstimo. Ele acredita que a inadimplência entre as pessoas do cadastro positivo deverá ser “bastante reduzida”, refletindo nas taxas de juros para essas pessoas. Já Maria Fernanda lembrou que, graças ao crédito consignado (a prestação é paga diretamente pelo órgão público), algumas instituições baixaram suas taxas para 0,99% ao mês.

A presidente da Caixa informou ainda que, mesmo com a elevada inadimplência, a Caixa e o BB cobram as menores taxas de juros dos consumidores,

conforme levantamento do Procon. A Caixa cobra 4,39% ao mês nos empréstimos pessoais, enquanto no BB a taxa é de 4,6%. Detalhe: o mesmo levantamento revela que existe banco que cobra 12,3% ao mês. A inflação de fevereiro foi de 0,55%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE.

Lima Neto e Maria Fernanda apresentaram dados para comprovar que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aumentaram o crédito depois de deflagrada a crise financeira internacional, em setembro último, ao contrário

dos bancos privados. O BB chegou a elevar o crédito em 41% em 2008, comparando-se com 2007. Entretanto, as instituições financeiras públicas do país só atendem a 36,5% de todo o crédito oferecido no país, cujo total chega a R\$ 1,22 trilhão.

Na área habitacional, a Caixa responde por 75,8% de tudo que é oferecido no país. Maria Fernanda destacou ainda que, por decisão do governo, o total da Caixa em habitação subiu de R\$ 17 bilhões em 2004 para R\$ 46 bilhões ao ano.

– A Caixa assina todo dia 2.903 contratos de financiamento de imóveis – informou.



Dornelles e Garibaldi Alves (foto à direita, entre Maria Fernanda e Lima Neto) acompanham debate dos dirigentes do BB e da Caixa com senadores da CAE e da Comissão da Crise Financeira

Adelmir: crédito não chega às microempresas

Adelmir Santana (DEM-DF) disse que as linhas de crédito dos bancos vinculadas ao governo federal “não estão chegando às micro e pequenas empresas”.

Durante a audiência realizada pela CAE e pela Comissão de Acompanhamento da Crise, o senador sugeriu que se estabeleça os percentuais de recursos a serem destinados a esse segmento, e que sejam criados mecanismos de acompanhamento e fiscalização desses recursos.

Segundo o presidente do Banco do Brasil, Lima Neto, a instituição contabiliza R\$ 240 bilhões em empréstimos a empresas nacionais, e, desse total, R\$ 40 bilhões se referem a micro e pequenas empresas. Questionado por Wellington Salgado (PMDB-MG) sobre os valores pagos pelo banco na compra das carteiras de ativos de pequenos bancos – como forma de auxiliar instituições financeiras prejudicadas pela crise –, o presidente do BB respondeu que a motivação foi estratégica.

– Compramos bons ativos a preços adequados, inclusive porque nosso dever é fazer negócios razoáveis dentro dos interesses da companhia – disse.

Durante o encontro, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu medidas para estimular as atividades de turismo.

Mercadante: “Só concorrência pode reduzir juros”

Durante a audiência pública com os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, Antonio Francisco de Lima Neto e Maria Fernanda Coelho, promovida conjuntamente pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão Especial de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, senadores opinaram sobre formas de buscar uma queda nos juros bancários.

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que “só a concorrência entre os bancos irá baixar os juros” e lamentou o fato de

estar ocorrendo concentração no setor bancário com a crise financeira – o Banco do Brasil já comprou a Nossa Caixa, do governo de São Paulo, e parte do Votorantim.

Para o senador, a existência de bancos oficiais no Brasil, especialmente o BB, a Caixa e o BNDES, evitou que a crise atingisse com mais violência o país. Ele considerou também que o BB e a Caixa, apesar de apresentarem as taxas mais baixas do sistema bancário, “ainda trabalham com *spreads* altos demais”.

João Tenório (PSDB-AL) levan-

tou dúvidas sobre a importância da inadimplência nos elevados juros cobrados, “que chegam a absurdos 192% ao ano no cheque especial”. O senador desconfia que só a redução dos juros não irá reativar a economia nacional aos níveis dos primeiros nove meses de 2008.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que defendeu o cadastro positivo de bons pagadores, sugeriu que o governo faça uma campanha para levar o consumidor a procurar os bancos e financeiras que têm os juros mais baixos.

ACM Júnior faz sugestões para reduzir o *spread*

Reduzir o percentual referente às captações em depósito à vista que o governo obriga os bancos a depositarem compulsoriamente junto ao Banco Central e diminuir os impostos sobre o *spread* bancário. Para o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a adoção das duas medidas poderiam deixar os empréstimos bancários mais baratos. O comentário foi feito durante a audiência sobre a crise. As próprias instituições bancárias poderão contribuir para reduzir o *spread* se aperfeiçoarem suas ferramentas de análise de risco dos empréstimos às pessoas físicas, disse o senador.

O presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, concordou com Antonio Carlos Júnior a respeito dos mecanismos de análise de crédito. Já a presidente da Caixa Econômica, Maria Fernanda Coelho, advertiu que não deve ser criada a expectativa de que a redução de um imposto implicaria a diminuição dos juros de forma linear.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) indagou se procede a informação de que a falta de linha de adiantamento de crédito para exportações estaria contribuindo para agravar a crise no setor de frigoríficos. O Banco do Brasil não tem limitado o crédito para o setor, respondeu Lima Neto.

Cresce concessão de crédito do BB e da Caixa

Durante a audiência pública, Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou aos presidentes do Banco do Brasil, Lima Neto, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho, qual a evolução do crédito concedido para todos os setores, especialmente a partir de setembro do ano passado. Também indagou se o Banco Central poderia adotar alguma medida adicional para diminuir o *spread* bancário.

A presidente da Caixa informou que, nos empréstimos da instituição a pessoas físicas, houve aumento de 14,2% entre 2007 e 2008. Já com relação a pessoas jurídicas o aumento foi de 46,8%. Até 10 de março de 2009, foram concedidos créditos no valor de R\$ 5 bilhões, equivalente ao concedido em todo o ano de 2003. Já o presidente do BB afirmou que a meta de conceder R\$ 200 bilhões em crédito até outubro do ano passado foi ultrapassada no mês de junho. Em outubro, atingiu R\$ 212 bilhões. Segundo ele, o banco coloca no mercado brasileiro diariamente R\$ 1 bilhão em crédito.

Lima Neto explicou que o *spread* bancário depende da carteira do banco, sendo menor para aqueles bancos que operam grandes volumes com empresas de baixo risco.

Simon cobra dados sobre inadimplência

Na audiência conjunta sobre a crise, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) requisitou dados relativos ao peso, nas receitas totais, das operações com cheques especiais e cartões de crédito, assim como o índice de inadimplência relativos a elas, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

O presidente do BB, Lima Neto, prometeu enviar os dados diretamente ao senador. Já a presidente da Caixa, Maria Fernanda, informou que as operações representam de 4,3% a 7,7% das receitas.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) quis saber por que o governo federal não obriga os bancos oficiais a baixarem os juros ao ponto considerado ideal pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois executivos disseram somente que as instituições trabalham com taxas diferenciadas dependendo do público a ser atingido com a operação de crédito.

O senador amazonense perguntou também sobre os benefícios gerados pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), instrumento criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo Lima Neto, é um fato que o Proer “blindou e capitalizou” os bancos oficiais.

Projeto do senador Pedro Simon aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais exige a presença do tomador do empréstimo no ato da contratação, além da assinatura de contrato específico



Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, os senadores Marcelo Crivella (E), Flávio Arns, Augusto Botelho, Adelmir Santana e Mão Santa

Proposta visa dificultar fraude em empréstimos consignados

COM A FINALIDADE de disciplinar a concessão de empréstimos consignados, impedindo que ocorram situações em que o contribuinte desatento possa vir a ser iludido, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que exige a presença do tomador do empréstimo no ato da contratação. A proposta determina ainda que a operação deverá ser formalizada por meio de assinatura de contrato específico, no caso de empréstimos ou financiamentos que impliquem desconto em folha ou retenção de aposentadorias e pensões.

A presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), manifestou-se favorável à proposta (PLS 641/07), argumentando que a praticidade dos meios eletrônicos pode ser benéfica, mas que é preciso impedir que as pessoas sejam iludidas por ofertas e facilidades de crédito e aceitem as operações sem as devidas reflexões e atenções.

Para o relator do projeto na CAS, senador Adelmir Santana (DEM-DF), é de fundamental importância que a pessoa esteja presente, fisicamente, ao tomar um empréstimo ou financiamento, porque pode haver má-fé das instituições financeiras ou operadoras de *telemarketing* e até mesmo de parentes dos consumidores.

Adelmir alertou para a importân-



Pedro Simon é autor do projeto, que segue para o exame da Comissão de Assuntos Econômicos

cia financeira de que se reveste uma operação de crédito consignado para aqueles que vivem de seus benefícios de aposentadoria ou de rendas de trabalho. Ele lembrou o caráter irrevogável e irretroatável da autorização de desconto em folha de pagamento ou de retenção de benefícios de aposentadoria ou de pensão, pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa.

Créditos

A CAS aprovou também projeto (PLS 699/07) de Renato Casagrande (PSB-ES) para facilitar a vida do contribuinte de

impostos, ao permitir a compensação de débitos e créditos previdenciários com os demais tributos administrados pela Receita Federal, mediante simples entrega de declaração do próprio contribuinte a esse órgão.

O relator, Augusto Botelho (PT-RR), argumentou que a mudança legislativa diminui a burocracia, torna o sistema mais lógico e justo, e não traz nenhum prejuízo às contas públicas ou à organização da Seguridade Social, uma vez que a declaração do contribuinte pode ser facilmente verificada pelos órgãos públicos, principalmente depois que a Secretaria Previdenciária e a Secretaria da Receita Federal passaram a integrar uma mesma instituição.

Augusto Botelho destacou a abrangência do texto, que permite não somente a compensação de débitos previdenciários com créditos de outros tributos federais, mas também de créditos previdenciários com débitos de outros tributos federais. Ele lembrou, ainda, que a proposta não cria benefício nem gera renúncia fiscal, mostrando-se desnecessária uma análise sobre impactos orçamentários.

Com parecer favorável na CAS, o projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos, onde será votado em decisão terminativa. O PLS 492/07, que tramitava em conjunto, por tratar de assunto similar, foi arquivado.

CAS vai discutir com ministro recursos para a área social

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, será convidado para um debate com os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre os recursos orçamentários disponíveis para a área social e de saúde. O requerimento para a realização do encontro, de autoria da presidente da comissão, Rosalba Ciarlini, foi aprovado ontem.

Por sugestão da senadora, também serão convidados para audiências públicas na comissão os ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; da Previdência Social, José Pimentel; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. O objetivo de Rosalba Ciarlini é discutir com os ministros, em datas a serem ainda marcadas, os programas e projetos de cada ministério.

Também o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, será convidado a participar de debate na CAS. Em audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, o colegiado discutirá com o ministro o Programa Mais Saúde, o chamado PAC da Saúde. Para isso, foi aprovado requerimento do senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

A comissão acolheu ainda requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para a criação da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Comissão suprime artigo que instituía taxa para contadores

A CAS aprovou ontem emenda de Plenário apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao Projeto de Lei do Senado 566/07, com o objetivo de retirar do texto artigo que estabelece cobrança de taxa de R\$ 280 para os serviços a serem prestados pelos conselhos regionais de Contabilidade.

De acordo com o relatório de Adelmir Santana (DEM-DF) favorável à emenda, a criação de taxas por serviços prestados não deve ser objeto de lei, mas de resoluções dos conselhos profissionais, que têm competência para adequar a necessidade e complexidade dos serviços prestados à capacidade contributiva de seus associados. O relator acrescenta que o projeto, conforme argumenta o autor da emenda, deve tratar somente da fixação e da cobrança de contribuições que sejam de interesse das categorias profissionais.

Na justificativa da emenda, Suplicy destaca que o estabelecimento da taxa não é apropriado, especialmente em valor tão elevado, por via legislativa, "tendo em vista o ônus excessivo que ela representaria para os contadores". O senador petista informou que taxas da mesma espécie são cobradas em valores mais módicos, não só pelo Conselho Federal de Contabilidade, como também por conselhos de outras categorias profissionais.

Sarney debate com Iglesias crise e ações culturais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o secretário-geral da Conferência Ibero-Americana, Enrique Iglesias. No encontro, eles trataram das ações culturais que serão desenvolvidas pelo organismo em 2009 nas quais o Brasil terá participação. A crise financeira mundial também foi assunto da visita.

Ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Iglesias afirmou que a crise atingiu mais tarde a América Latina porque encontrou a região com políticas econômicas boas. Ele disse acreditar também, no entanto, que os países latino-americanos demorarão mais para superar a situação.

A Secretaria Geral Ibero-Americana, que tem sede em Madri, foi criada em 2003 e constitui órgão permanente de apoio institucional e técnico à Conferência Ibero-Americana e à Cúpula de Chefes de Estado e de Governo. Essa Conferência surgiu na I Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Guadalajara (México), em 1991, constituída pelos Estados da América e Europa de língua espanhola e portuguesa.



Secretário-geral da Conferência Ibero-Americana (E) é recebido por Sarney

Na Turquia, ações do Brasil para proteger a água

Senadores participantes do 5º Fórum Mundial das Águas, realizado em Istambul, na Turquia, destacaram durante os debates as ações em curso no Brasil para a preservação da água. O encontro busca apresentar soluções sustentáveis para a manutenção dos mananciais e o acesso a esse recurso natural.

Por meio de sua assessoria, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) informou que o Brasil está mostrando que é capaz de desenvolver uma política avançada de preservação dos mananciais, a partir de estudos e pesquisas para sua conservação.

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) lembrou, segundo sua assessoria, que, "como o Brasil detém o maior percentual de água doce do mundo, as ações realizadas no país para a preservação ambiental atraem muita atenção e estão sendo muito valorizadas".

Também compõem a delegação os senadores Fátima Cleide (PT-RO) e João Pedro (PT-AM). A quinta edição do Fórum Mundial das Águas, que termina domingo, conta com mais de 10 mil participantes, entre autoridades governamentais, profissionais da área e ativistas de todo o mundo.